



Rosa dos Ventos
ISSN: 2178-9061
rrvucs@gmail.com
Universidade de Caxias do Sul
Brasil

TURISMO, MEMÓRIA E PLANEJAMENTO: O PATRIMÔNIO CULTURAL DE ANTÔNIO PRADO-RS (BRASIL)

TOMIO, IARA ROZOITA PAPP; HERÉDIA, VÂNIA BEATRIZ MERLOTTI

TURISMO, MEMÓRIA E PLANEJAMENTO: O PATRIMÔNIO CULTURAL DE ANTÔNIO PRADO-RS (BRASIL)

Rosa dos Ventos, vol. 12, núm. 1, 2020

Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473563286012>

DOI: <https://doi.org/10.18226/21789061.v12i1p192>

TURISMO, MEMÓRIA E PLANEJAMENTO: O PATRIMÔNIO CULTURAL DE ANTÔNIO PRADO-RS (BRASIL)

Tourism, Memory and Planning: Antônio Prado's Cultural Heritage

LARA ROZOITA PAPP TOMIO

Universidade de Caxias do Sul, Brasil

arquitetaiara@terra.com.br

DOI: <https://doi.org/10.18226/21789061.v12i1p192>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473563286012>

VÂNIA BEATRIZ MERLOTTI HERÉDIA

Universidade de Caxias do Sul, Brasil

vbmhered@gmail.com

Recepção: 02 Julho 2018

Aprovação: 15 Julho 2019

RESUMO:

O estudo reflete sobre as potencialidades do patrimônio cultural para o segmento de turismo cultural. O objeto de análise localiza-se em Antônio Prado, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, cujo patrimônio arquitetônico é constituído por 48 edificações, preservadas por ato federal. Parte-se de revisão sustentada em fontes bibliográficas e documentais, e de análise interpretativa que considera o processo de inventariação patrimonial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional. O estudo parte do pressuposto de que o patrimônio cultural representa as memórias coletivas dos grupos sociais e analisa a dinâmica entre memória e políticas pública na escala regional do planejamento de destinações turísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo, Planejamento, Patrimônio Cultural, Memória, Antônio Prado, RS, Brasil.

ABSTRACT:

The study reflects on the potential of cultural heritage for the segmentation of cultural tourism. The object of analysis is located in Antonio Prado, State of Rio Grande do Sul, Brazil, whose architectural heritage consists of 48 buildings, preserved by federal act. The study is based on review of bibliographic and documentary sources, and interpretative analysis that considers the process of heritage inventory by the Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional. The study assumes that cultural heritage represents the collective memories of social groups and analyzes the dynamics between memory and public policy at the regional scale of tourism destination planning.

KEYWORDS: Tourism, Planning, Cultural Heritage, Memory, Antônio Prado, RS, Brazil.

INTRODUÇÃO

No momento em que nos deparamos com o notável crescimento da atividade do turismo e que esse turismo está sendo classificado como um dos setores mais promissores da economia mundial, o Brasil é revelado detentor de grande potencial para desenvolvimento de atividades a ele relacionadas, nos mais diversos segmentos. Nesse contexto, o surgimento de novos destinos com base no aproveitamento de atrativos ainda não apropriados turisticamente, revelam vocações e podem estimular seu desenvolvimento no longo prazo. Apesar da crescente importância atribuída ao turismo no Brasil em termos de representar instrumento para geração de renda em escala local, para a preservação de ecossistemas e do patrimônio cultural, poucas ações são percebidas no intuito de prover ferramentas para uma gestão adequada de políticas públicas e de planejamento que busquem um desenvolvimento responsável do turismo cultural.

Convém refletir acerca das potencialidades do patrimônio cultural configurado como substrato na formação de roteiros turísticos de segmentação cultural, uma vez que os bens culturais revelam a riqueza de identidades pertencentes à humanidade, num intuito de não mais ser apropriado como um subsistema,

numa possibilidade de servir como agente viabilizador no ato de regionalizar o planejamento turístico. Nesse sentido, um olhar diferenciado sobre as identidades pode ter significação de estratégia para que municípios com afinidades culturais se associem na dinamização de um turismo regional. Consiste numa crescente necessidade de contemporaneizar o turismo frente à imposta globalização, numa possibilidade de condução de tal olhar na perspectiva de interpretação da identidade como sendo a essência de vocação particular, aquela capaz de estabelecer as necessárias relações sociais entre visitados e visitantes, e que resultem em apropriações e motivações, promovendo a preservação do patrimônio cultural por meio de roteirização turística.

Esse estudo tem como objetivo discutir os desdobramentos acerca das potencialidades de um turismo cultural no município de Antônio Prado, localizado no nordeste do estado do Rio Grande do Sul. O patrimônio em questão está sob responsabilidade de gestão do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN]. É oportuno e relevante avaliar que esse segmento de turismo pode propiciar a inclusão e a consolidação desse município turisticamente emergente num plano de roteirização cultural no planejamento do turismo da Região Uva e Vinho, no âmbito da também reconhecida como Região Turística da Serra Gaúcha.

A identidade do sítio histórico urbano arquitetônico tombado de Antônio Prado-RS é reconhecida na força de sua italianidade, presente na cultura, na gastronomia, no artesanato, nos ritos de fé e na exuberante arquitetura de imigração aliada às peculiaridades das paisagens naturais da região a que pertence, e constitui referência de olhar e justificativa para esse estudo. O procedimento metodológico utilizado para análise tem por base uma observação dos valores intrínsecos no patrimônio cultural de Antônio Prado e sua relação com o turismo de base local e regional. A análise está sustentada numa revisão de literatura que possibilita a construção da moldura conceitual do tema, na inventariação patrimonial realizada pelo IPHAN que revela o conjunto urbano arquitetônico tombado, e na consulta em relatórios técnicos e documentais que acrescentam informações ao quadro teórico, complementando o estudo.

No Brasil, enquanto os debates atuais a respeito de planejamento e desenvolvimento regional tratam primordialmente dos enfoques sociais, econômicos e ambientais, observa-se que a temática relativa ao patrimônio cultural ainda se configura por citações esparsas nos documentos oficiais responsáveis por discutir e inserir a temática nos planos de desenvolvimento turístico do país. Uma breve dedução permite analisar que os planos de desenvolvimento econômico do país venham a desconsiderar a riqueza do conteúdo cultural do território brasileiro, ou por desconhecer a magnitude na diversidade de seu patrimônio cultural, ou por simples oposição restritiva, nas esferas nacional e regionais. Em análise, legitimar os instrumentos preservacionistas de proteção – Inventário, Tombamento, Registro – como fonte de substrato cultural na formatação de roteirização turística, parte do pressuposto que o patrimônio cultural é o detentor das memórias coletivas dos grupos sociais, e a identidade como sendo a essência de vocação particular – uma denominada *cor local* [i].

De significativa importância para incremento do turismo de base local e regional é o conhecimento e apropriação do conteúdo cultural do território brasileiro por esta mesma base, tangenciando tanto o poder público como o privado. Tal condição poderia traçar uma responsável trajetória de crescimento do turismo de segmentação cultural num modelo de políticas públicas de desenvolvimento, visando associar o fenômeno do turismo à preservação do patrimônio cultural por meio de seus instrumentos de promoção, propiciando o consequente crescimento econômico e social com base no direito à cultura. A busca por maior eficiência das políticas públicas, em específico, referente ao segmento de turismo cultural, explicitamente revelado pelas metodologias de inventariação patrimonial, configura-se como o questionamento central, entendendo-se ser este o meio para o planejamento de regiões turísticas baseadas em culturas de imigração, o que pode promover o fortalecimento das regiões de seus territórios e o consequente desenvolvimento local e regional.

TURISMO: PLANEJAR, DESCENTRALIZAR, REGIONALIZAR

Quando partimos para uma análise da experiência europeia em relação às políticas públicas do setor turístico, como o grande plano francês de desenvolvimento turístico de Languedoc-Roussillon em 1961 e, antes disso, em 1955, com o governo espanhol realizando os planos para Ordenação Turística da Costa do Sol [ii], identificamos que estas experiências e de outros planos nos tem permitido enriquecer o atual debate sobre as perspectivas e possibilidades de evolução nas políticas estabelecidas no Brasil. A busca por referenciais possibilita que as análises sejam absorvidas, no intuito de promover uma compreensão acerca do funcionamento do turismo, num exercício de repensar enquanto política pública o envolvimento do planejamento, da gestão e das práticas de uma forma mais desenvolvida e estruturada, a fim da crescente necessidade de contemporaneizar o turismo.

O estabelecimento de prioridades, quanto à criação de infraestrutura e equipamentos turísticos, valorizando o espaço e o cotidiano turístico de base local viriam a ser otimizados como auxiliares na formatação de programas mais humanos e humanizantes, rompendo com as atuais práticas do turismo globalizado. Para tanto, uma possível e imprescindível questão seria discutir os conceitos que estão intrinsicamente ligados ao estabelecimento de tais prioridades, e a necessidade de absorvê-los na sua totalidade antes mesmo de promover ações que contemplem o planejamento regional do turismo. Não somente o turismo ganhou grande impulso através do aprimoramento das tecnologias, em relação aos meios de comunicação e transporte, das taxas de câmbio, do nível de renda populacional e do surgimento de novos destinos, mas muito através da preocupação da administração pública com o setor.

Quando estudados os referenciais do planejamento turístico, observa-se que este tem, como principal agente, o Estado e seus respectivos governos. Característica iniciada na década de 40, com o Primeiro Plano Quinquenal de Equipamentos Turísticos, desenvolvido pelo governo francês, como perspectiva setorial de planejamento estrutural. Esse plano turístico foi realizado entre os anos de 1942 e 1952, sendo marco no planejamento turístico por todo o mundo. Outra referência, em 1952, foi a elaboração do Anteprojeto de Planejamento Nacional de Turismo, na Espanha (César, 2011, p.84).

Essa intensificação se deu a partir do processo de globalização, quando surgem destinações e governanças que apostam justamente na diferenciação de seus produtos e atrativos que tenham, na sua essência, a valorização de seus produtos locais no objetivo de se destacarem da padronização deste mundo globalizado. Nesse sentido, Beni (1998) complementa que o turismo é importante e eficiente meio para “promover a difusão de informação sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais” (p. 39).

No momento em que o Estado passa algumas de suas responsabilidades para os setores mais próximos da municipalidade, tal pode significar uma descentralização, intuindo-se que essa municipalidade “ocupe-se dos aspectos de ordenamento do território, exclusivamente para fins turísticos, naquelas zonas consideradas de interesse turístico” (Acerenza, 2002, p. 292). Esse fator poderia representar ação preponderante para inclusão do cultural nos planos de atividade do turismo: planos de regionalização se sustentando numa municipalidade em caráter participativo por meio da valorização do potencial turístico de cada localidade, ampliando-se, dessa forma, a importância dos governos e entidades locais para o alcance do almejado desenvolvimento turístico e da melhoria da qualidade de vida da população local. Molina (2001), nesse contexto, fundamenta afirmando ser “muito importante o fato do planejamento participativo. Sob este enfoque, a sociedade, ao planejar para si mesma, encontra-se constantemente aprendendo a planejar e a conhecer seus vazios ou insatisfações, e talvez este seja um fenômeno mais transcendente na produção de planos” (p.125).

Quando se entende que planos de regionalização possibilitam o aparecimento de novas destinações de base local, que muitas vezes não são privilegiadas em ações que contemplam destinos já consolidados, ao ato de regionalizar possibilita-se a significação de distribuir benefícios e tarefas da atividade turística, fortalecendo olhares para destinações não totalmente consolidadas, possibilitando ao visitante um universo maior de opções que, por si só, não o motivariam a se deslocar.

O Plano Nacional de Turismo 2013-2016, a exemplo do antecessor, busca romper a concentração da oferta turística, propiciando a interiorização da atividade e a inclusão de novos destinos nos roteiros comercializados. Consta no plano:

Reconhecer o espaço regional e a segmentação do turismo, construído e implementado pelos próprios atores públicos e privados nas diversas regiões do país, constitui uma estratégia facilitadora do desenvolvimento territorial integrado. O Ministério do Turismo dá continuidade ao Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, apoiando ações de fortalecimento institucional, promovendo o planejamento, a qualificação e as práticas de cooperação entre os diferentes atores, públicos e privados, na busca da competitividade dos produtos turísticos nas regiões (Brasil, 2013, p. 56).

Se a roteirização é uma das estratégias do Ministério do Turismo para diversificar a oferta turística e estruturar destinos, o turismo cultural poderia passar a ser compreendido como substrato, e não mais como subsistema das estratégias, por revelar toda uma diversificação e riqueza de “valores que pertencem à herança da humanidade” (Beni, 1998, p. 92). No momento em que a ação de descentralizar e regionalizar, pela participação ativa da sociedade, estabelece prioridades rumo ao desenvolvimento do turismo, tal ação viria a resultar na construção de políticas públicas baseadas na roteirização – Circuitos Turísticos. A direção é de ser o entendimento dessa política adequada para a dinamização de um turismo regional, o que possibilita que municípios com afinidades culturais, sociais e econômicas se associem entre si para organizar e desenvolver a atividade turística que os regionalizam buscando um caráter sustentável.

Para a continuidade de tal política de regionalização, é preocupante a fragilidade da gestão dessas associações, quando se deparam com sobrecarga de ações desprovidas de manuais de procedimentos, descrição de cargos, metas e organogramas, associada à descrença da população no Poder Público, que muitas vezes não se ocupa da continuidade das políticas de turismo. Torna-se fato que gestores dessas associações elaborem roteiros para a comercialização de Circuitos Culturais, diminuindo a necessidade de investimentos públicos, numa estratégia para sustentação dos referidos circuitos, muitas vezes relegando ao esquecimento a análise de impactos que viriam indicar a sobrevida, ou não, das destinações turísticas.

O desenrolar desse contexto traz a aproximação de análises de um entendimento descrito por Lohmann e Panosso Netto (2012,) em que “o conceito de *cluster* deve ser redefinido para ser aplicado ao turismo, pois terá bom desempenho somente se for viabilizado como *microcluster*, devido às características próprias e inerentes do turismo” (p. 196). A conceituação de *cluster*, nesse entendimento, o vê como organização de um arranjo produtivo local. Para sua criação é necessária a proximidade geográfica dos atrativos e organizações que cooperem entre si. O *clusters* de turismo, por sua vez, seria uma ferramenta válida e alternativa para enfrentar às adversidades do mercado globalizado e suas constantes surpresas dentro da formatação de circuitos turísticos.

Baseada nos elementos-base para configuração de um *cluster* como uma aglomeração no formato de concentração geográfica com afinidade e articulação. A *clusterização* é desenvolvida não apenas em grandes áreas, como também apresenta possibilidades para microrregiões, como a área geográfica de abrangência de uma pousada familiar, de um restaurante tradicionalista ou de um centro histórico revelado por uma inventariação patrimonial e preservado pelo ato público de tombamento, momento esse que atesta a passagem de monumento a patrimônio da nação, como apresenta o conjunto urbano arquitetônico do município de Antônio Prado.

Considerando a crescente necessidade de contemporaneizar a atividade do turismo, numa base local e participativa, a questão a ser colocada incide na possibilidade de tal demanda ser satisfeita e fundamentada num modelo de *microcluster*. Silva (2004), quando analisa a validade dos conceitos de *cluster*, apresenta a sua mais surpreendente e significativa conclusão quando aplicado ao turismo:

O agrupamento, que tem o turismo como atividade nuclear, com foco no destino turístico entendido como *microcluster* e que apresente as características de delimitação da amplitude geográfica de seu entorno, delimitação da abrangência territorial do próprio agrupamento, delimitação do segmento turístico principal e dos seus subsegmentos, bem como do próprio mercado-alvo, pode ser classificado como um cluster de turismo que reúne as condições de modelar estratégias e promover

o crescimento e o desenvolvimento de microrregiões ou zonas turísticas. Deste modo, o microcluster constitui o modelo viabilizador do alcance e da sustentação do desenvolvimento regional, como resultado da interação entre a função de especialização – o turismo e o território – o destino turístico e seu entorno próximo (Silva, 2004, p.104, tradução das autoras).

Promover a descentralização de planejamento com uma sociedade de base local participativa, atuante na elaboração de políticas públicas na regionalização do turismo de segmentação cultural, consiste analisar a possibilidade de fundamentar tal planejamento num modelo de microcluster, compreendendo o patrimônio cultural como substrato, e não mais como subsistema, na consolidação de destinações turísticas de segmentação cultural.

PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E MEMÓRIA: ANTÔNIO PRADO-RS

Partindo do pressuposto dessa análise, que trata das relações entre patrimônio cultural e turismo entre perspectivas e possibilidades nas políticas de planejamento, se compreende a necessidade de que as relações estabelecidas precisam transcender conceitos estanques e buscar a multidisciplinaridade que as integra. O Patrimônio Cultural, uma representação mágica da imagem da cidade, sobre a qual se exercita um olhar que sonha e que reconstrói na materialidade uma cidade que traz as marcas de uma ação carregada de imaterialidades, está entre as inúmeras possibilidades de estudar o urbano para compreender a história cultural do local.

Segundo Choay (2006), a atividade sistemática de preservação do patrimônio histórico teve início no século XIX, após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, com intuito inicial de restaurar monumentos e edifícios históricos destruídos nas guerras. No Brasil, de acordo com o Decreto-Lei nº 25, de 20 novembro de 1937, é definida a constituição de patrimônio histórico e artístico nacional:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. [iii]

Nesse entendimento, Patrimônio Histórico consiste no título conferido a um bem móvel, imóvel ou natural por seu valor para uma sociedade, região ou nação. Segundo a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [Unesco], realizada em Paris em 16 de novembro de 1972, no seu Art. 1º, são considerados como Patrimônio Cultural: monumentos, obras arquitetônicas, esculturas e pinturas, referenciais arqueológicos, os conjuntos, grupos de construções isoladas ou reunidas, e os sítios, obras humanas ou conjugadas a natureza, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da história, arte, ciência, etnologia ou antropologia.

Segundo o IPHAN, o termo Patrimônio, quando associado ao adjetivo ‘Cultural’, é considerado como campo teórico, ou seja, objeto de teorização e generalização da natureza, das funções, das propriedades, do processo de disciplinarização, dos métodos do patrimônio cultural. Consiste num campo de atuação institucional caracterizado por um conjunto de bens com significado específico, e seu sentido inicial associado ao termo monumento. Quando do momento da criação da autarquia e da regulamentação dos processos de tombamento foi adotada a denominação Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, recebendo diversas adjetivações, como material, imaterial, imóvel, móvel, tangível, intangível, integrado, mundial. Dentre as determinações legais, convenções e as clássicas conceituações encontra-se o conceito contemporâneo de Patrimônio Cultural:

Patrimônio cultural em qualquer sociedade é sempre produto de uma escolha e, como toda escolha, tem um caráter arbitrário. Resulta da seleção de alguns elementos, enquanto outros seriam passíveis de esquecimento e destruição. Considerando que artefatos culturais são, em princípio, objetos dotados de funcionalidade, o patrimônio cultural só pode ser entendido como um conjunto de símbolos. Os símbolos precisam ser desconstruídos e interpretados para apreendermos o seu significado (Camargo, 2002, p. 98).

Nesse sentido é estabelecida a compreensão do termo Patrimônio Cultural, de acordo com as formas de apropriação dos bens culturais, da memória social e das percepções pertinentes a turismo e patrimônio. Nas abordagens, o Patrimônio Cultural, tratado como bem cultural ou monumentos de excepcional valor histórico e artístico, observam-se conceitos estanques: o histórico, tido como oficial, conservador e que apresenta o passado remoto; outro cultural, que se identifica como civilização. Nos seus componentes constam centros históricos, traçados urbanos, cidades históricas e monumentos isolados, e os bens móveis como mobiliários, pinturas, coleções por ex., bem como áreas rurais e seus bens imóveis e móveis.

Considerados esses, é importante demonstrar uma possibilidade de compreensão do termo Patrimônio Cultural, de acordo com as formas de apropriação dos bens culturais, da memória social e das percepções pertinentes a turismo e patrimônio. Nesse sentido, a possibilidade de aproximar Pesavento (2002) ao tema patrimônio cultural, é refletir sobre a utilização da percepção sensorial para voltar um olhar diferenciado sobre a cidade, buscando algo além das imagens, numa crescente necessidade em compreender as relações sociais e os problemas intrínsecos nas representações da materialidade. Interpretar a si, atribuir significados, criar representações: essa sistematização do conhecimento, que utiliza a percepção sensorial na resolução dos problemas diários, é a mesma que faz parte da realidade cotidiana do mundo de uma cidade, e que é objeto de múltiplos olhares e vozes que se compõem ou se contradizem naquilo que consideram do patrimônio cultural ser mais verdadeiro ou importante nas suas vivências individuais e coletivas. Esse contexto apresenta a materialidade do patrimônio cultural, como ponto de partida para se estudar a cidade, referente a influência da história cultural do social urbano junto aos problemas que se impõem nas práticas preservacionistas no momento de ocorrência do fenômeno turístico.

Na contemporaneidade como espaço temporal, atravessada pelo domínio das imagens que criam e recriam uma cidade que venha a se parecer, a busca é por saber quais os reais valores que se interligam entre o turismo, a memória e o patrimônio cultural na cidade. No desdobramento das significações de valores e relações encontra-se a obra coletiva social, tendo a cidade como sendo patrimônio cultural o centro dos conflitos a respeito daquilo a se preservar, e como preservar, e qual a maneira de se fazer valer como força motivadora na atração da atividade turística.

Tratar da cidade como patrimônio cultural vem demonstrar a necessidade de refletir a interligação de conceitos em formas variadas de abordagens. Para Calvino (1990), a cidade é o lugar de onde emergem os símbolos; para Grinover (2007), a cidade engloba lugares de um território realizado, vivido e sentido nas singularidades e diferenças; e, para Yázigü (2001), a cidade é reconhecida como o lugar que produz o singular, que tem personalidade, mas que não é considerada como sujeito. Tais abordagens elencam a importância de refletir que a cidade só poderá ser entendida se compreendida na sua vida cotidiana, sem desconsiderar toda a extensão dos seus sistemas. A cidade de patrimônio cultural passa aqui a ser entendida para além de um conceito geográfico, sendo apreendida como um símbolo complexo e inesgotável da experiência humana.

Dentro de uma categorização de história, o patrimônio cultural trata do passado e do presente envolvendo todas as camadas da sociedade; na categorização de arte vai muito além do simplesmente belo, transcendendo limites quando busca a liberdade de expressão e a incorporação de tecnologias. Quando é o Estad. a categorizar, são vistas as potencialidades, desde o não oficial ao socialmente reconhecido; como categorização de tendência, é busca constante por conhecimento e preservação. A categorização de propriedade, dentro do oficial e particular acrescenta-se as de denominações diversas. E como características apresenta a reintegração das produções eruditas e populares, a incorporação de bens gerados pela memória social, pelo imaginário de um universo ficcional e pela cultura de massas, de acordo com a demanda social.

Tais análises, tão bem conjecturadas por Camargo (2002), são trazidas aqui para o momento de reflexão a respeito das já citadas relações entre patrimônio e turismo de segmentação cultural. Se o objetivo das políticas de preservação são “garantir o direito à cultura dos cidadãos, entendida a cultura, nesse caso, como aqueles valores que indicam – e em que se reconhece – a identidade da nação” (Fonseca, 2005, p. 39), convém dizer que preservar a identidade, num entendimento de ser reconstituída por uma memória coletiva, conduz a

reflexão da necessidade de olhar a relação do presente com o passado para um futuro coletivo. Diz Souza Filho (1999) que o sentido de preservação “não é pela materialidade existente, mas pela representação, evocação ou memória que lhe é inerente” (p. 53). Nesse sentido, preserva-se o patrimônio cultural porque tem o valor de ser referência para a sociedade.

Segundo Barretto (2003), no momento em que “o turismo de massa começa a ceder seu lugar ao turismo de interesse específico, pois as questões qualitativas passam a ter mais relevância que as quantitativas” (p.107), é possível “demonstrar que o legado cultural constitui um atrativo turístico e que, se bem trabalhado, pode atrair um público diferenciado” (p.75). A busca por realizar a aproximação entre patrimônio cultural e turismo está em:

[...] demonstrar que, para os núcleos receptores, trabalhar a tradição como atrativo ajuda a recuperar a memória e identidade locais, o que, na atualidade, constitui um imperativo para manter um equilíbrio saudável entre a manutenção da cultura local e a incorporação dos avanços positivos da cultura global (Barretto, 2000, p. 75).

Quando Funari e Pinsky (2003) recomendam ampliar as compreensões de conceitos intrínsecos, observam que “às vezes, a solenidade atribuída ao termo patrimônio sugere que dele façam parte apenas os grandes edifícios ou as grandes obras de arte, mas o patrimônio cultural abrange tudo que constitui parte do engenho humano e, por isso, pode estar no cerne mesmo do turismo” (p. 9). Num sentido de ampliar este entendimento, Barretto (2000) enfatiza que os bens culturais somente se tornarão ramos vivos no cotidiano da cidade se forem bem compartilhados na experiência e nas vivências do turismo, e que “reproduzir a cultura local para os turistas, leva, numa etapa posterior, inexoravelmente à recuperação da cor local e, num ciclo de realimentação, a uma procura por recuperar cada vez mais o passado” (p. 47). No sentido do uso de memória coletiva, Barretto (2000) resume essa memória coletiva como sendo “uma memória social, exterior ao indivíduo, estendida no tempo, que guarda eventos acontecidos há muito” (p. 45).

Essa memória é o invólucro das memórias individuais e conserva, de maneira própria, os fatos acontecidos na sociedade à qual o indivíduo pertence. O indivíduo, por sua vez, precisa recorrer a essa memória coletiva quando quer saber sobre fatos que não testemunhou e que fazem parte de seu passado e de suas comunidades. Recuperar ou manter a identidade, a cor local, aparece neste final de século como uma necessidade generalizada em face da globalização (Barretto, 2000, p. 45).

Para Choay (1979), a materialidade da cidade pode exercer um poder de integração ou de agressão sobre o humano. A importância está no “reconhecimento de que uma cidade histórica é, em si, um monumento, mas ao mesmo tempo, é um organismo vivo” (Meira, 2004, p. 37). É buscar compreender a influência do pertencimento ao lugar de história, como se dá a apropriação por seu lugar de memória, e se o espírito histórico do lugar consegue buscar a sua cor local (Barretto, 2000) como força de motivação para impulsionar o desenvolvimento do turismo. Trazer a ‘cor local’ por uma necessidade generalizada em face da globalização, poderia estar na compreensão daquela necessidade de contemporaneizar o turismo, no momento que recorreremos ao planejamento de base local e participativa utilizando, como sendo um substrato, o patrimônio cultural. E, quando essa ‘cor’ é levada a conjuntos urbanos arquitetônicos tombados pela nação, entendido aqui o centro histórico de Antônio Prado e toda a italianidade ali contida, não seria essa uma estratégia para atração de um turista que busca uma oferta segmentada e que cada vez mais está interessado em turismo ativo, assumindo também o papel de protagonista?

No momento que o município de Antônio Prado demonstra seu posicionamento na atividade do turismo apresentando sua marca turística, observada na Figura 1, imbuída de objetivos que buscam apresentar um diferencial no momento da experiência, como a ‘cidade mais italiana do Brasil’, poderia ser compreendida como um propósito de trazer a sua cor local, essa cor interpretada como uma busca por recuperar e manter sua identidade como destinação turística?



FIGURA 1
Logomarca Turística de Antônio PradoRS
Prefeitura Municipal de Antônio Prado. Link

O município de Antônio Prado ao apresentar sua marca turística num Plano de Marketing, e esses compondo um Plano de Turismo Municipal com metas estabelecidas de 2014-2024, promove um plano desenvolvido com base local. Plano esse que possui um pensamento reflexivo, no momento que busca seu embasamento nas pesquisas realizadas com turistas e com a própria comunidade. Nesse sentido, não estaria a cidade preocupada com suas práticas sociais que imprimem a sua ‘cor local’?

Ao pautar um Plano de Turismo tendo por base ações elencadas em quatro eixos específicos, Gestão Descentralizada e Participativa – Infraestrutura Municipal e dos Equipamentos Turísticos – Turismo Cultural – Sustentabilidade, a organização do plano de Antônio Prado justifica suas ações pela necessidade em compreender a transversalidade e a multidisciplinaridade que interliga o fenômeno do turismo em diversos ambientes e escalas. E, sob o recorte específico do terceiro eixo, nesse Plano de Turismo, as ações apresentam os princípios quanto ao Turismo Cultural:

Estimular e valorizar a cultura dos povos e etnias que formaram e formam o município, e que se manifestam nos valores, nas crenças, na política, na religião, nos aspectos culturais e artísticos, de forma a resgatar, preservar e promover o patrimônio material e imaterial legitimados pelo cidadão de Antônio Prado (Antônio Prado, Plano de Turismo 2014-2024).

Entre o turismo cultural, o patrimônio material, o imaterial e os planos que os relaciona, antes mesmo de qualquer deslocamento, estão as imagens e os imaginários, como no refletido por Gastal (2005):

Imagens [grifo do autor] porque, na própria cidade ou no estrangeiro, antes de se deslocarem para um novo lugar, as pessoas já terão entrado em contato com ele visualmente [grifo do autor], por meio de fotos em jornais, folhetos, cenas de filmes, páginas na Internet ou mesmo por intermédio dos velhos e queridos cartões-postais. Imaginários [grifo do autor] porque as pessoas terão sentimentos, alimentados por amplas e diversificadas redes de informação, que as levarão a achar um local “romântico, outro “perigoso”, outro “bonito”, outro “civilizado”. A esses sentimentos construídos em relação a locais e objetos (e, por que não, a pessoas?) temos chamado de imaginários [grifo do autor] (Gastal, 2005, p.12-13).

Nas imagens e imaginários de Antônio Prado estão 48 edificações histórico arquitetônicas localizadas nas principais ruas do centro da cidade, conjunto esse que passou de monumento a patrimônio da nação por meio do processo preservacionista de tombamento no ano de 1987. Foi a primeira vez que o Estado nacional reconheceu um conjunto arquitetônico de imigração italiana, e não da tradição luso-brasileira, como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. As imagens encerram edificações com técnicas construtivas trazidas ou adaptadas pelos imigrantes italianos, configurando-se diferentes de outras regiões do Estado e do País, inclusive do seu país de origem. A matéria-prima principal foi a madeira extraída do pinheiro araucária, na época em abundância na região, e utilizada por possuir grandes dimensões e ser madeira macia, facilitando

o manejo em estruturas, paredes, pisos, esquadrias e coberturas. Inicialmente as construções empregavam tábuas rachadas, seguidas por tábuas serradas manualmente, quando por fim surgiram as serrarias fornecendo uniformidade às peças.

Algumas edificações com quintais e anexos configuram espaços de convívio social familiar, testemunhos valiosos de uma época, na riqueza de uma arquitetura singular no manuseio da madeira buscando esmero nos detalhes, atestados na beleza dos lambrequins entalhados em madeira, elementos decorativos dos beirais. Antônio Prado possui em seu centro histórico tombado construções em madeira formando o considerado conjunto mais homogêneo de todo um acervo legado pela imigração italiana no Rio Grande do Sul (Roveda, 2003). Todo esse conjunto de evidências atesta a importância da arquitetura urbana de Antônio Prado, responsáveis pela formação dos imaginários em torno da sua marca de ser a cidade mais italiana do Brasil. São testemunhos de uma identidade cultural e social, numa possibilidade de proporcionar sensações únicas por ocasião da experiência turística. A padronização de gostos, atitudes e valores em consequência da dominação econômica deixa os lugares sem a sua ‘cor local’, conforme caracteriza Barretto (2000). Seria compreender que a identidade seja uma espécie de atmosfera, a essência, um algo mais.

Para Yázigi (2001) “o que está na berlinda é a alma do lugar – ou, a personalidade” (p. 29). No seu entendimento “perdemos a graça de viver os lugares com graça” pois, “hoje em dia, até cidadãos comuns já notaram que muitos lugares do mundo estão ficando como a mesma cara, não só em razão da consciência da globalização, mas pela força da evolução de tecnologias e modismos” (p. 11).

Meira (2004) traduz o conceito de ‘aura’, como estabelecido por Walter Benjamin, aos bens patrimoniais, para vê-los como “uma propriedade que se deve ao caráter único desses bens, [...] também relacionada a um conceito que tem suscitado debates – a noção de autenticidade” (p. 36). Para Grinover (2007), o que se procura é “a diversidade de cada lugar, seu caráter de único” pois, “o que torna a cidade bonita e hospitaleira é sua capacidade de expressar um microcosmo social, [...] mostra não só sua própria importância, mas também a importância de quem o encomendou e ali vive” (p. 119 e 131). E para Maffesoli (2001), a aura pode também ser o imaginário a ser construído pois, “na aura de obra - estátua, pintura -, há a materialidade da obra (a cultura) e, em algumas obras, algo que as envolve, a aura. Não vemos a aura, mas podemos senti-la. O imaginário, para mim, é essa aura, é da ordem da aura: uma atmosfera. Algo que envolve e ultrapassa a obra” (p.75).

Por entre ‘a cor local’, a ‘aura’, a ‘personalidade’, o ‘caráter único’, analisar o que Antônio Prado possui em suas imagens e imaginários poderia vir a caracterizar, o que outras cidades possam ter perdido, e o que a cidade conserva, em essência, é o que convém refletir na possibilidade de ser a sua ‘cor local’.

CONCLUSÕES

A roteirização turística, enquanto estratégia do Ministério do Turismo para diversificar a oferta turística e estruturar destinos, numa visão contemporânea, pode ser compreendida como a implementação de ações que consolidem destinos emergentes articulados a destinos já consolidados de um mesmo espaço geográfico, apresentando características e potencialidades similares e complementares, e que acabam por definir um território delimitado para fins de planejamento regional e sua gestão.

O presente estudo traz para a reflexão apropriações do termo Patrimônio Cultural em enfoques distintos, abordando como objeto de reflexão o ato preservacionista de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado. O entendimento do contexto cultural envolvido neste ato possibilita identificar a crise gerada pela ação de preservação imposta por um órgão estatal, o que revela conflitos entre interesses públicos e individuais, e resulta em contradições acerca dos valores atribuídos ao patrimônio cultural. Mesmo estes conflitos não impediram que os produtos arquitetônicos provenientes da cultura particular de uma região se tornassem uma marca da sua italianidade em esfera nacional.

Quando o planejamento urbano regional contém intencionalidades relativas à preservação do patrimônio cultural como segmentação turística, isto implica em um conjunto específico de normativas condizentes àquele espaço. Mas não somente pois, entre modernizar e preservar, entre limitar e restringir intervenções espaciais e funcionais, entre embates de identidade frente às forças do mercado e seus interesses, a roteirização turística de patrimônio cultural implica em agregar os imaginários atribuídos a territorialidade dos sítios históricos, no intuito da promoção de sua vitalidade e de sua dinamicidade. Torna-se crescente a necessidade de abordar os conjuntos urbanos arquitetônicos tombados como organismos vivos, complexos e diversificados, pois, agregam valores simbólicos muito além de agregar valores materiais.

O legado cultural que se apresenta nos sítios históricos mantém a continuidade cultural numa ligação dos povos com o seu passado. Essa continuidade pode permitir que seja traçada uma linha na qual nosso presente se encaixe. Assim entende-se ser este o valor atribuído ao turismo, e a todas as políticas públicas de planejamento e preservação envolvidas no papel de agente motivador no processo preservacionista do patrimônio cultural, com responsabilidade de manter a identidade local, propondo uma releitura das práticas sociais do turismo que se estabelece entre visitantes e visitados.

Num entendimento final, torna-se necessária a importância perceber que, muitas vezes, os processos de preservação de sítios históricos urbanos vêm desconsiderando essas práticas sociais, numa falta de compreensão de que tais práticas são essenciais no planejamento das políticas públicas que tratam da preservação patrimonial e do desenvolvimento da atividade do turismo. As referidas abordagens analisadas nesse estudo sugerem refletir numa realidade do fenômeno turístico que, quando apropriado num sentido de ‘revitalizar’ um sítio histórico, pode vir a promover intervenções e planejamento pautada muitas vezes numa ‘mercantilização’ e ‘espetacularização’ do patrimônio cultural. Neste viés, ‘visitantes’, num sistema a considerar automatizado, se apropriam da destinação histórico-cultural, mas, em algum momento ‘visitados’ são convidados a apropriar-se dos sítios históricos, local de suas práticas sociais, para contemporaneizar suas vivências de passado e de seu presente imediato? Adotar a prática de pensamento reflexivo enuncia uma análise crítica no sentido de formatar questionamentos ao se relacionar turismo - patrimônio cultural – planejamento turístico: se o almejado consiste em vivenciar uma história, consiste em parar num tempo, ‘reconstruir’ uma memória coletiva ou ‘reconstituir’ uma memória coletiva.

Uma interpretação contemporânea do turismo cultural, planejado por meio de ações de roteirização, poderia abarcar uma reflexão a respeito da representação da arquitetura enquanto elemento material da memória de grupos sociais, e ainda, de como sobre elas se refletem as relações políticas, as possibilidades de exercícios dos direitos que cada segmento social tem, bem como cada indivíduo em determinado tempo. Se a memória pode ser entendida como uma forma dos indivíduos e grupos sociais recomporem sua relação entre o presente e o passado, a aproximação da indústria turística, sua gestão e o patrimônio cultural seria manter o equilíbrio emocional entre as partes, para que a cidade mantenha sua contemporaneidade com a sua dinamicidade, sem transformá-la num cenário de espetáculo turístico.

REFERÊNCIAS

- Acerenza, M. A. (2002) *Administração do turismo: conceituação e organização*. Bauru, SP: Edusc.
- Antônio Prado - Prefeitura Municipal. (2017). *Plano Municipal de Turismo 2014-2024, Patrimônio Cultural*. Link
- Beni, M. C. (1998). *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Senac.
- Brasil - Ministério do Turismo. (2007). *Plano Nacional de Turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2007-2010*. Brasília: MTur. Link
- Brasil - Ministério do Turismo. (2013). *Plano Nacional de Turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013-2016*. Brasília: MTur. Link
- Barretto, M. (2000). *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas, SP: Papirus.
- Barretto, M. (2003). *Manual de iniciação ao estudo do Turismo*. Campinas, SP: Papirus.

- Beni, M. C. (1998). *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Senac.
- Calvino, I. (1990). *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Camargo, H. L. (2002). *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Aleph.
- César, P. A. B. (2011). *Turismo e desenvolvimento sustentável: Análise de modelos de planejamento turístico*. Caxias do Sul: Educs.
- Choay, F. (2006). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp.
- Fonseca, M. C. L. (2005). *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ufrj; MinC-IPHAN.
- Funari, P. P. A. & Pinsky, J. (2003). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto.
- Gastal, S. (2005). *Turismo, imagens e imaginários*. São Paulo: Aleph.
- Grinover, L. (2007). *A hospitalidade, a cidade e o turismo*. São Paulo: Aleph.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (2017). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Link
- Jurado, E. N. (s.d.). *Estudo de Caso: Costa Del Sol - Espanha: Rumo a diversificação da oferta com cenários de futuro incertos*.
- Prado, G., Oliveira, J. P. S. & Ramos, R. G. (2012). Marketing de cidades litorâneas e o turismo na cidade de Guaratuba, litoral do Paraná. *Anais... VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul. Link
- Lohmann, G., & Panosso Netto, A. (2012). *Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas*. São Paulo: Aleph.
- Maffesoli, M. (2001). O imaginário é uma realidade. *Revista Famecos*, (8)15, 74-87. Link
- Meira, A. L. G. (2004). *O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre: Pmpa, Ufrgs.
- Molina, S. (2001). *Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina*. Bauru-SP: Edusc.
- Pesavento, S. J. (2002). *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ufrgs.
- Roveda, F. (2003). *Mémoria e Identidade: Antônio Prado, patrimônio histórico e artístico nacional*. Porto Alegre: Metrópole.
- Silva, J. A. S. (2004). *Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster*. Tese, Doutorado em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Link
- Souza Filho, C. F. M. de. (1999). *Bens culturais e proteção jurídica*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Cultura.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco. (2017). Conferência Geral 1972. Link
- Yázigi, E. (2001). *A alma do lugar: Turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo: Contexto.

NOTAS

[i]A expressão ‘cor local’ por Barretto (2000) é uma marca identitária que caracteriza o patrimônio cultural. Barretto vem considerar a cor local como sendo a recuperação ou manutenção da identidade, capaz de promover a apropriação dos bens patrimoniais por meio das práticas sociais entre visitados e visitantes.

[ii]O grande plano francês de desenvolvimento turístico de Languedoc-Roussillón, em 1961, influenciou uma série de planos diretores a partir de suas consequências e teve inspiração na Ordenação Turística promovida na Espanha para planejar a Costa do Sol (Jurado, s.d.; Prado, Oliveira & Ramos, 2012).

[iii]Nesse decreto define também que os bens devem estar inscritos no Livro Tombo segundo cláusula nº §1º, ou seja: “Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos, separado ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta Lei”.

